NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/05/2013 - Edição Nº812

Vigilantes rejeitam proposta e greve continua no ES

Os trabalhadores de Transporte de Valores do Espírito Santo rejeitaram nesta quarta-feira (8) a proposta apresentada pelos patrões durante reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e decidiram dar prosseguimento à greve. A paralisação teve início no dia 29 de abril como forma de manifestação contra a falta de diálogo com as empresas e já chega ao 11º dia nesta quinta-feira (9).

Os representantes dos trabalhadores levaram a proposta à categoria na manhã de hoje, que a rejeitou integralmente. "As propostas não atingiram o pleito da categoria. Já abrimos um canal para dar às empresas oportunidade de negociar. Deixo claro que nossa intenção é resolver esse conflito. Não queremos, de forma alguma, fechar as portas para a negociação", explicou Damacena, presidente do Sindfortes-ES.

Mesmo não tendo aprovado a proposta a categoria conseguiu, com sua mobilização, avançar no combate às práticas antissindicais dos patrões. Nesta quinta-feira os vigilantes que foram enviados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiânia para o Espírito Santo já deixaram de trabalhar, garantindo assim força total à greve.

"Acreditamos que o efetivo todo parado trará ainda mais gravidade na questão financeira do Estado, forçando as empresas a negociar. Sem negociação, bancos, caixas eletrônicos e outros pontos ficarão efetivamente sem dinheiro porque não há ninguém para fazer o abastecimento", declarou Damacena.

A categoria tem plena convicção de que não é difícil resolver os itens apresentados na pauta de reivindicações. "O que precisamos é que as empresas tenham bom senso", finalizou Damacena. Os vigilantes continuam nas portas das empresas e esperam nova chamada para negociação. A greve continua por tempo indeterminado.

Fonte: CNTV

CNTV participa de Fórum de Segurança Privada na Colômbia

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, representou a Confederação no Fórum de Segurança Privada, realizado pela UNI Américas na Colômbia na terça-feira (7). O fórum tripartite, com participação de representantes dos trabalhadores, do governo e das empresas, teve como objetivo discutir e encontrar soluções para o problema da segurança privada no país.

Com a responsabilidade de falar um pouco sobre o papel da segurança privada no Brasil, Boaventura levou ao Fórum experiências de organização sindical e de negociação coletiva vivenciados atualmente pela CNTV. Além dos representantes dos três setores, participaram também convidados de outros países, como a CNTV e a SEIU (União Internacional dos Empregados de Serviços).

Atualmente a organização sindical na Colômbia é feita por empresas, o que resulta em diversos sindicatos e convenções coletivas que não abrangem toda a categoria, pois nem todos os sindicatos conseguem benefícios. Outro problema é a remuneração: a base é o salário mínimo. A justificativa das empresas é que existe concorrência predatória e necessidade constante

de melhorias na profissionalização.

Mesmo com os problemas a segurança privada tem apresentado crescimento vertiginoso, com 14% ao ano. Já são 200 mil vigilantes legalizados trabalhando no país e enfrentando condições precárias como jornadas que, em alguns casos, chegam até a 24h/dia. Além disso, a média de mortes na categoria é muito alta – 312 por ano.

"Esses foram alguns dos pontos que motivaram a UNI a realizar esse Fórum. Os representantes dos três setores debateram esse cenário e assumiram a responsabilidade de dar desdobramento às discussões realizadas", explicou Boaventura. "Os setores entenderam a relevância do evento e a UNI, juntamente com os sindicatos internacionais, tem agora a responsabilidade de apoiar as medidas de melhorias das condições de trabalho dos vigilantes da Colômbia, além da melhoria do serviço de segurança privada", concluiu.

Fonte: CNTV

José Boaventura, presidente da CNTV, durante o Fórum de Segurança Privada

Empresa do presidente da Fenavist volta a atrasar salários

Os vigilantes da Bahia estão sendo obrigados a se acostumar com o péssimo hábito da empresa MF Segurança, do Presidente da FENAVIST, Odair Conceição, de atrasar o pagamento dos salários. Até a manhã desta quinta feira (9), vigilantes que atuam em diversos contratos ainda estavam reclamando dos prejuízos em razão da falta do dinheiro para pagar seus compromissos e sustentar suas famílias. O Sindicato está organizando manifestações, já acionou a DRT e outros órgãos fiscalizadores e está denunciando publicamente esta situação.

Este é um exemplo claro da realidade da segurança privada no país. Pouca ou quase nenhuma responsabilidade e respeito dos empresários, principalmente de lideranças do segmento, com a vida e a sobrevivência dos trabalhadores.

Chico Vigilante vai a audiência pública na Bahia apoiar projeto anti-calote

A Assembleia Legislativa da Bahia realiza nesta sexta feira (10) uma audiência pública proposta pela Deputada Maria Del Carmem (PT) para discutir o Projeto de Lei nº 1944/2011 (PL anti-calote), que prevê a retenção dos direitos dos trabalhadores terceirizados pelos órgãos contratantes do estado.

O projeto copia a lei do Distrito Federal sancionada pelo Governador Agnelo, resultante da proposta apresentada por Chico Vigilante. De acordo com essa lei, parte da fatura dos serviços terceirizados é retida em conta bloqueada para garantir 13º salário, férias, 40% do FGTS, rescisão, depósito direto do FGTS, além de salário.

Para os vigilantes da Bahia esse é um passo fundamental para diminuir o calote. Chico Vigilante, Deputado Distrital (PT/DF) vai estar presente na Bahia e assegura que irá percorrer o país na defesa da aprovação de medidas de defesa dos direitos dos vigilantes.

Fonte: CNTV

CUT pressiona parlamentares pela rejeição do PL 4330 da terceirização

A Central Única dos Trabalhadores deu nesta semana mais um passo na batalha contra o substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Desta vez, em Brasília.

Na terça-feira (7) pela manhã, a CUT e os parceiros do movimento sindical entregaram aos parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um folder contra o PL da Precarização e aproveitaram para conversar com alguns deputados sobre o tema.

"Mesmo o PL não entrando em votação hoje, fizemos questão de demonstrar nossa posição. Queremos que esse debate faça parte da reunião que já está marcada com o governo para o próximo dia 14", ressaltou a secretária de Relações de Trabalho da Central, Maria das Graças Costa.

Fora do Congresso, em reuniões do Grupo de Trabalho da Central e do Fórum de Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, os maiores afetados pelo projeto retrataram as dificuldades que já enfrentam e que devem piorar caso seja aprovado.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (Sinttel-DF) e terceirizado da Telemont - prestadora de serviço para à empresa de telefonia OI - , Aldair da Silva Brant, explicou que a proposta do PL de

enterrar a responsabilidade solidária - aquela em que a contratante deve arcar com as obrigações trabalhistas, caso a terceirizada não as cumpra - acarretará em mais insegurança.

"Hoje, quando você leva a OI à Justiça trabalhista, ela obriga a Telemont a zerar causas trabalhistas. Aprovando essa lei, ficaremos de mãos atadas", afirmou.

Precarização

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente, e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Reforma trabalhista disfarçada

O presidente na Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) apontou a preocupação do Poder Judiciário com o avanço do PL e a possibilidade que ele apresenta de terceirizar também a atividade fim, a preponderante da empresa.

"Teremos bancos sem bancários, escolas sem professores, que não serão empregados formalmente. Estarão ali como se não exercessem atividades inerentes a essas empresas."

Como o diretor do Sinttel, Lima também criticou a substituição da responsabilidade solidária pela subsidiária, como prevê o projeto.

"O processo de terceirização, quarteirização é uma cadeia que não acaba nunca, prejudica a fiscalização e não tem outro objetivo a não ser fazer com que a empresa tomadora de serviço fuja de suas obrigações. Ainda prejudicará a identificação dos trabalhadores entre si e dificulta a unidade na luta por direitos e melhorias nas condições de trabalho."

A tramitação dessa reforma trabalhista disfarçada é resultado da esmagadora maioria de representantes da bancada empresarial no Congresso, com muito mais recursos para financiar campanhas e eleger parlamentares. Fator que resulta em um cenário de necessidade de constante atenção para o movimento sindical, observa Lima.

"O que vemos é um grande número de proposições legislativas de cunho precarizante, de maneira mais enfática na Câmara do que no Senado, sempre com a justificativa de que é necessário baixar os custos das relações trabalhistas. Até concordamos que é preciso baixar, mas não tratando trabalhadores como pessoas de segunda ou terceira categoria", disse.

Fonte: CNTV com CUT

Para assaltar carro-forte, criminosos sequestram família de vigilante

Um carro-forte foi roubado na manhã desta quarta-feira (8), em Campinas, após oito criminosos sequestrarem a filha e a mulher de um funcionário da Prosegur, empresa de transporte de valores. Ele foi obrigado a trabalhar normalmente e orientado pelo bando a parar o veículo em uma área combinada para a entrega do dinheiro.

Após a entrega do dinheiro que o carro-forte transportava, no trevo da Bosch, a família do vigilante foi libertada. Ninguém ficou ferido e o valor roubado não foi divulgado. O caso vai ser apurado pela Delegacia de Investigações Gerais (DIG).

Em nota, a Prosegur informou que vai dar todo o apoio necessário a família do vigilante, que é chefe da equipe do carro-forte.

Fonte: G1

Caixa eletrônico é explodido e polícia prende cinco pessoas, na Bahia

Um caixa eletrônico foi explodido na madrugada desta quinta-feira (9), na cidade de Baianópolis, a 828 km de Salvador. Segundo a polícia, um dos suspeitos de participar da ação foi preso na cidade de Angical. Ele ficou sob diligência com os policiais, em busca dos outros suspeitos de participarem da ação. No início da manhã, outros quatro suspeitos foram presos, com eles a polícia apreendeu explosivos, munições de fuzil e carros roubados.

Ainda segundo informações da polícia, a ação aconteceu por volta das 2h30 e não há relato de feridos. A polícia ainda não tem conhecimento se o dinheiro foi levado. O caixa eletrônico e parte da agência ficaram destruídos.

Histórico

Bananas de dinamites foram encontradas por um cliente em um caixa eletrônico de uma agência de auto-atendimento de um banco, na manhã da quarta-feira (8), na localidade de Guarajuba, região metropolitana de Salva-

dor. De acordo com informações da 33ª Delegacia de Polícia, o caixa estava com um vidro estilhaçado, e as bananas não foram detonadas pelos bandidos.

Ainda segundo a polícia, o Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar foi chamado ao local para detonar os explosivos. Uma rua foi fechada e os agentes explodiram o artefato. Não há informação de feridos. De acordo com a polícia, nenhuma quantia foi levada pelos criminosos, que estão sendo procurados.

Dados

Nos quatro primeiros meses de 2013, foram registrados 64 ataques a bancos e caixas eletrônicos no estado, conforme levantamento realizado pelo Sindicato dos Bancários da Bahia. A maioria deles (52) ocorreu em cidades do interior. Os outros 12 foram registrados na capital baiana. As explosões e os assaltos lideram o ranking com 29 e 15 ocorrências, respectivamente. Em seguida, vêm os arrombamentos (13) e as tentativas frustradas (7) dos crimes.

Em 2012, foram registradas na Bahia 167 ocorrências envolvendo ataques a bancos, incluindo, além de assaltos, explosões e arrombamentos a caixas eletrônicos. Os dados foram divulgados recentemente através da 4ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), com apoio técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese).

Na pesquisa, a Bahia aparece em quinto lugar em relação ao número de ocorrências. O estado fica atrás apenas de São Paulo, que lidera o ranking com 492 casos, Minas Gerais, que ocupa o segundo lugar (301 ocorrências), Paraná (214) e Mato Grosso (185).

De acordo com levantamento feito pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, este ano o maior número de ataques foi feito contra agências ou caixas eletrônicos do Banco do Brasil, que teve 30 ocorrências registradas. Em seguida está o Bradesco, com 18, o HSBC (2), Santander (6), Caixa Econômica (1), Itaú (1), Banco do Nordeste (1) e Banco 24 Horas (3).

Fonte: G1

Vigilantes denunciam falta de segurança

Ladrões arrombaram na madrugada de terça-feira (7) o posto de saúde do bairro Jardim Primavera, na zona Oeste, e levaram vários equipamentos eletrônicos. No mês passado, os bandidos invadiram uma escola municipal no bairro São Bento, também na zona Oeste de Boa Vista (RR), e amarraram o vigilante dentro do banheiro. A PM foi acionada, mas chegou tarde.

Os ataques a logradouros públicos e prédios municipais se tornam cada vez mais frequentes, segundo denúncia o presidente do Sindicato dos Vigilantes Públicos do Estado de Roraima (Sinvipu/RR), Rondinele Silva. "Estamos preocupados com a situação. Os arrombamentos ocorrem agora com mais frequência", disse.

O sindicalista acredita que os ataques acontecem devido à falta de guardas municipais dentro e fora dos prédios públicos. "Por isso já solicitamos uma reunião com a prefeita para debatermos este problema que se agrava a cada dia".

Além dos guardas municipais, a categoria agrega agentes de trânsito e vigias municipais. Segundo o sindicalista, a Prefeitura dispõe hoje de 300 vigilantes concursados, mas sem o devido reconhecimento. "Não há uma lei específica que regulamente a profissão. Já encaminhamos um projeto de lei ao setor jurídico municipal e à Câmara dos Vereadores, pedindo o reconhecimento da função, mas até agora nada", lamentou.

Rondinele alega ainda que os servidores municipais exercem, de fato, os cargos, mas sem o devido reconhecimento da lei. "Se a lei for aprovada, mais de 500 vigilantes serão beneficiados. É bom alertar que hoje o quadro está defasado, pois precisaríamos de pelo menos mais 300 vigilantes para organizar a segurança nas praças e prédios municipais".

O sindicato tenta há quatro meses uma reunião com a prefeita, conforme o sindicalista. "Há 20 anos que a área de segurança municipal vem sendo prejudicada. Os vigilantes não recebem o que lhes é de direito. O salário é baixo e muitos ainda estão com as férias atrasadas, sem receber outros direitos", reclamou.

Sobre a questão da segurança em escolas municipais e postos de saúde, principalmente, o sindicalista adiantou que a instalação de câmeras não resolverá o problema. "O equipamento apenas vai registrar o corrido, mas não vai evitar a ação dos criminosos", alertou.

Fonte: Folha de Boa Vista

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine Estagiário: Tadeu Pinto
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF